

[RE]PENSANDO O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO: um estudo sobre a produção científica brasileira na área

FERNANDA RODA DE SOUZA ARAÚJO CASSUNDÉ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
fernanda.roda@univasf.edu.br

MAURICIO VITOR SOUZA OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
oliveiramvitor@outlook.com

MARIA TEREZA CALDAS ALENCAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
mterezacaldas@gmail.com

NILSON FERNANDO MARCOS RODRIGUES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
fernando-marcos18@hotmail.com

ELIAS EDUARDO DAMASCENO RODRIGUES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)
eliasdamasceno@gmail.com

[RE]PENSANDO O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO: um estudo sobre a produção científica brasileira na área

RESUMO

Diante das novas exigências que estão sendo colocadas para o Ensino Superior – oferecer formação condizente com as constantes transformações do mercado de trabalho –, do papel da universidade na formação profissional discente – preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, ao mercado de trabalho –, da importância da prática do estágio (seja supervisionado ou não) na formação do estudante de Administração, e, sobretudo, da necessidade de ampliação da discussão sobre o tema, este artigo tem como objetivo analisar a atual situação dos estudos acadêmicos acerca do estágio em Administração no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliométrica na base de dados da *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e nos anais dos eventos da ANPAD, Semead e CIGU. Não houve o estabelecimento de corte temporal, a priori, para coleta de dados, sendo levada em consideração a regra da exaustividade proposta por Bardin (2011). Assim, foram recuperados trinta artigos, sendo vinte e oito considerados válidos para compor o corpus deste estudo. As conclusões revelam que, mesmo diante da importância para a formação profissional do estudante de Administração, há fragilidade nos estudos referentes ao estágio na área, no Brasil: a discussão teórica sobre o tema, do ponto de vista pedagógico, é frágil e pouco profícua, significativamente recente, sem avanços significativos para a área.

Palavras-chave: Estágio. Formação do administrador. Ensino Superior. Planejamento do Ensino.

INTRODUÇÃO

Considerando a competitividade do mercado, o jovem estudante universitário sente a necessidade de buscar, desde cedo, experiências que agreguem valor à sua formação profissional (GUIMARÃES, ALMEIDA, 2013; LAVALL, BARDEN, 2014), uma vez que a globalização e a informação exercem grande influência no mundo dos negócios, “o mercado fica mais seletivo, e as chances se restringem aos profissionais aptos a atender às exigências e às transformações pelas quais passam as empresas” (TREVISAN, 2001, p.1).

Dos ambientes que priorizam a formação continuada e a preparação para um futuro profissional, a universidade é, sem dúvida alguma, o principal meio para instrumentalizar o acesso à informação sobre o mercado de trabalho, às tendências profissionais, orientar o planejamento da carreira e apresentar, a partir do currículo, caminhos necessários à consolidação da vida profissional.

De fato, universidades e faculdades têm desempenhado o papel fundamental no gerenciamento profissional (ALBUQUERQUE, SILVA, 2006) e construído caminhos para oportunizar o ingresso do estudante nos postos de trabalho. De acordo com Voese (2007), a instituição de Ensino Superior permite que o indivíduo busque qualificação e preparo para o mercado de trabalho. Com a formação acadêmica, poderá agregar novas informações e conhecimentos ao seu perfil.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 3º, inciso X, por sua vez, aponta a necessidade da valorização da experiência extraescolar – que, no caso do ensino superior, é conhecida como atividade extracurricular. De acordo com Peres, Andrade e Garcia (2007, p.204), consideram-se como extracurriculares as atividades que “se encontram sob a responsabilidade da instituição e fazem parte do currículo de formação”. Na amplitude deste conceito, encontra-se a atividade do estágio.

O estágio, portanto, proporciona, antes de qualquer coisa, o contato com a prática. Embora de suma importância para consolidação e aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula, nota-se uma enorme dificuldade para que as duas esferas (prática e teoria) andem lado a lado. A linguagem empresarial tende a fortalecer a visão de teoria e prática como campos distintos, pois na educação corporativa, a organização é tomada como campo de exercício da prática, e o ambiente acadêmico como campo de difusão do saber teórico (CARRÃO, MONTEBELO, 2009).

Para que o estágio alcance suas finalidades, associando o processo educativo à aprendizagem, precisa ser planejado, executado, acompanhado e avaliado por meio de diretrizes bem definidas. Ademais, este deve estar de acordo com os pressupostos que norteiam os projetos pedagógicos de cada curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto. [...] necessitar-se-á de uma plena sintonia entre o trabalho desenvolvido nas universidades e os alunos, para que estes possam estar preparados para atender às exigências cada vez maiores do mercado de trabalho (ALBUQUERQUE, SILVA, 2006, p.1).

Considerando, portanto, as novas exigências que estão sendo colocadas para o Ensino Superior – “oferecer formação condizente com as constantes transformações do mercado de trabalho” (LAVALL, BARDEN, 2014, p.50), o papel da universidade na formação profissional discente – “preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, ao mercado de trabalho” (ALBUQUERQUE, SILVA, 2006, p.1), a importância da prática do estágio (seja supervisionado ou não) na formação do estudante de Administração e, sobretudo, a necessidade de ampliação da discussão sobre o tema, este artigo tem como objetivo analisar a atual situação dos estudos acadêmicos acerca do estágio em

Administração no Brasil.

Este artigo está organizado em cinco seções além desta introdutória. O referencial teórico está apresentado em duas seções: uma sobre a evolução da legislação do estágio no país e a outra discute a relação entre a prática do estágio e a formação discente. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. A análise dos dados vem em seguida, na seção intitulada “O estado da arte: a pesquisa sobre estágios em Administração no Brasil”. Fechamos o artigo à guisa de conclusões, pois entendemos que, diante dos resultados obtidos com a pesquisa bibliométrica, são necessários estudos mais aprofundados, utilizando o estágio e seus diversos aspectos como temática central.

O ESTÁGIO E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Palmeira Sobrinho (2008), os educadores e empresários passaram a demonstrar preocupação com o estágio no decorrer da década de trinta, durante o período de industrialização. Foi na década seguinte, contudo, que surgiram as Leis Orgânicas de Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073/1942) e de Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/1943). A primeira regulamentou o ensino destinado à preparação profissional, especialmente dos trabalhadores da indústria. A última normalizou o ramo de ensino, cujo objetivo era formar profissionais aptos ao exercício de atividades no âmbito comercial.

O termo “estágio” passa, então, a ser utilizado para fins legislativos a partir da publicação da Portaria 1.002/1967, a qual regulamentava a função do estagiário – oriundo de Faculdades ou Escolas Técnicas – nas organizações do país. O documento garantia ao estagiário, entre outros direitos, a percepção de bolsa de complementação educacional, a obrigatoriedade de seguro contra acidentes ocorridos no local do estágio e o limite de carga horária a ser cumprido.

Adiante, na década de setenta, estabelece-se por meio do Decreto 66.456/1970, a implementação de Programas de Estágio para estudantes de Ensino Superior das áreas de Engenharia, Tecnologia, Economia e Administração. Já o Decreto 75.778/1975, além de determinar regras para a concessão de estágios no Serviço Público Federal, reitera a garantia de bolsa-auxílio para o estagiário, bem como duração e carga horária do estágio, além das competências da unidade interessada. Nota-se, até então, um quadro de progresso, ainda que deveras vagaroso.

Ao final da década, mais precisamente no ano de 1977, é sancionada a Lei 6.494. Utilizando-se do enfoque nas competências pedagógicas do estágio, a lei regulamenta a cooperação entre Instituição de Ensino e unidade concedente de estágio. Todavia, em 1994, é estipulada a Lei 8.859, modificando alguns dispositivos da lei anterior. Sua principal alteração estava na inclusão dos alunos de Ensino Especial como aptos à prática do estágio.

Posterior a isto, o estágio voltou a ser abordado no Artigo 82º da Lei 9.394 de 1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nele, é concedido às Instituições de Ensino o estabelecimento de normas para realização da atividade pelo aluno. A Medida Provisória 2.164-41 de 2001, finalmente, altera a Lei 6.494 de 1977, tornando aptos à prática do estágio todos os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio.

Considerando que a última lei sobre estágio havia sido sancionada ainda na década de setenta, Palmeira Sobrinho (2008) afirma que essa teria se tornado inadequada diante das mudanças, tanto na gestão da força de trabalho quanto nos processos produtivos, ocorridas no Brasil a partir da década de noventa – período em que o país buscou uma maior inserção na economia globalizada. A partir deste cenário, com o surgimento de novas tecnologias e demandas mercadológicas, percebeu-se a necessidade de aprimoramento da regulamentação do estágio. Eis que nasce, então, a redação da Lei 11.788/2008 ou “Lei do Estágio”.

Em seus dispostos, a supracitada lei, além de abordar o estágio de maneira estritamente pedagógica, fraciona os direitos e deveres da Instituição de Ensino, da parte Concedente e do Estagiário. A estes são garantidos: o direito à tutoria e à orientação por parte de um professor; a percepção de bolsa-auxílio e de auxílio-transporte; a jornada mínima de quatro horas diárias, não ultrapassando às seis horas diárias; o recesso remunerado a ser gozado, preferencialmente, durante o período de férias escolares; o seguro contra acidentes pessoais e o direito à não discriminação no acesso ao estágio ou durante a sua execução.

Considera-se, portanto, que a Lei 11.788/2008 representa uma evolução no que abrange o estágio, especialmente dentro dos direitos do estagiário. Mais uma prova disso é que, em legislações anteriores, o estágio em hipótese alguma caracterizaria vínculo empregatício. Após o advento da lei em vigência, no entanto e conforme seu artigo 3º, § 2º, o descumprimento de qualquer dos incisos de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio, dando direito ao estagiário, inclusive, de recorrer na justiça os seus direitos.

O ESTÁGIO E A FORMAÇÃO DISCENTE

O estágio pode ser conceituado, segundo a Lei 11.788 de Setembro de 2008, como o “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos”. É a aplicação prática de conhecimentos adquiridos em sala de aula, com o objetivo de preparar, profissionalmente, o aluno.

Etapa de suma importância no processo de desenvolvimento e aprendizagem, o estágio propicia oportunidades de vivência prática dos conteúdos acadêmicos, além de permitir a troca de experiências com funcionários de uma empresa, bem como o intercâmbio de ideias e conhecimentos (ALMEIDA; LAGEMANN; SOUSA, 2006). Sua realização possibilita, então, instrumentos de preparação para introdução e inserção no mercado de trabalho, através de habilidades e de competências essenciais para consolidação de sua carreira profissional.

No programa de estágio, o docente tem papel de facilitador, já que contribui com o processo de aprendizagem e profissionalização do aluno através do acompanhamento pedagógico supervisionado. Por isso, de acordo com a Cartilha do IEL: tudo o que você precisa saber (2010), se faz indispensável a escolha de um professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário. Estas, à propósito, devem estar diretamente ligadas à área e ao perfil do curso, posto que o objetivo do estágio é justamente o desenvolvimento do perfil profissional do estudante.

A formação do administrador, à luz da discussão proposta, não deve advir apenas da sala de aula. Esta garante apenas o contato inicial e teórico com as bases científicas, o que não é suficiente, já que a prática é fundamental ao desenvolvimento da educação gerencial. Atenta-se, ainda, a importância do estágio para o contato direto com uma cultura organizacional, o desenvolvimento da ética profissional, a formação de um pensamento mais crítico e a perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

A introdução na atividade do estágio também propicia ao futuro gestor a oportunidade de contato com as diversas áreas de conhecimento possíveis para atuação, de forma interdisciplinar. Em sala de aula, esse contato só acontece de forma isolada. Cassundé et al. (2015, p.43) observam que a estrutura dos cursos de graduação em Administração apresenta características excessivas de tecnicismo e de fragmentação do conhecimento em inúmeras disciplinas. É, então, fundamental a implementação da interdisciplinaridade.

O conhecimento sobre a prática do estágio, curricular ou extracurricular, é fundamental para a compreensão dos desafios inerentes à formação de administradores. Para entendimento

desses desafios, é importante saber o conteúdo da Resolução N° 04 do CNE/CSE (2005), que instituiu novas diretrizes curriculares para os cursos de Administração. Em seu Artigo 4º, são definidas as competências e habilidades necessárias à formação do administrador:

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

A complexidade e a amplitude dessas habilidades e competências, aliadas à quantidade de áreas específicas de atuação do administrador, trazem a necessidade de desenvolvimento de um perfil generalista pelo profissional, a fim de que sua inserção e manutenção no mercado de trabalho sejam facilitadas.

Nada mais justo, portanto, que considerar o estágio como meio impulsionador de habilidades e competências fundamentais para a formação e o sucesso do administrador.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estado da arte ou estado do conhecimento é definido como o processo de mapeamento no qual se discute sobre uma determinada área ou viés temático, tendo em vista sua abrangência nos mais variados campos de pesquisa. Tem como objetivo analisar como tem sido desenvolvido o conhecimento científico, assim como os avanços ou retrocessos do campo (FERREIRA, 2002).

No sentido, portanto, de compreender como o campo do estágio está sendo abordado na área de Administração, e de propor uma agenda de pesquisas futuras, considerando a lacuna apontada por Gomes e Teixeira (2016), este estudo analisa a produção científica brasileira a respeito da discussão sobre a prática de estágio – supervisionado ou não – nos cursos de Administração.

Para alcance dos objetivos propostos, este estudo adotou uma metodologia de caráter inventariante e descritivo, própria das pesquisas bibliométricas (FERREIRA, 2002).

Os critérios de seleção do *corpus* seguiram os procedimentos utilizados por Vieira (1998), Tonelli et al (2003), Sampaio e Perin (2006) e Cassundé, Barbosa e Mendonça (2016), e estão apresentados no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Critérios de seleção do *corpus*

Período da coleta e análise dos dados	Fevereiro a junho 2017
Corte temporal	Foi levada em consideração a regra da exaustividade proposta por Bardin (2011). Isso implica dizer que não houve o estabelecimento de corte temporal, <i>a priori</i> , para coleta de dados.
Descritor utilizado	Estágio
Base de dados	- SPELL (<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>) - Anais dos eventos da ANPAD (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração) - Anais do SEMEAD (Seminários em Administração) - Anais do CIGU (Colóquio Internacional de Gestão Universitária)

Fonte: os autores (2017)

Justifica-se a escolha do SPELL por ser considerado, atualmente, o principal repositório de artigos científicos das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo no país (CASSUNDÉ; BARBOSA; MENDONÇA, 2016), com acervo eletrônico completo dos periódicos e textos disponíveis desde a década de sessenta. Com relação aos eventos escolhidos, ressalta-se a importância, do ponto de vista acadêmico, dos congressos promovidos pela ANPAD, SEMEAD e CIGU.

A ANPAD disponibiliza, para consulta *online*, os anais de seus eventos desde 1997. O SEMEAD tem consulta disponível a partir do ano de 2005, e o CIGU, por sua vez, permite a consulta *online* a todos os anais do evento, desde a sua primeira edição, em 2000.

Após a consulta às bases de dados, foram recuperados, ao todo, trinta artigos (quadro 2). Cada artigo foi analisado em termos de conteúdo, considerando-se as seguintes categorias definidas *a priori*: palavras-chave, autoria, procedimentos metodológicos, objetivos de pesquisa e bibliografia utilizada. Foi aproveitado o *software* Atlas.ti como ferramenta de suporte à análise de conteúdo de Bardin (2011, p.44), utilizada como técnica de análise de dados. Tal procedimento é entendido como sendo

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

A quantidade de artigos recuperados, a base de dados, o Qualis (classificação de periódicos quadriênio 2013-2016, aplicado, somente, para os artigos de periódicos e considerando a classificação de acordo com os critérios das áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo) e a simbologia adotada para identificação dos textos estão apresentados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Simbologia para identificação dos artigos

	Base de dados/Periódico/Evento	Qualis 2013-2016	Qtd	Identificação
SPELL	Administração: Ensino e Pesquisa	B1	01	RAEP_2012
	Gestão & Planejamento	B2	01	G&P_2012
	Revista de Administração da UNIMEP	B2	01	RAU_2007
	Revista de Carreiras e Pessoas	B4	01	RECAPE_2016
	Revista de Gestão USP	B1	01	REGE_2007
	Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	B2	01	RPCA_2012

ANPAD	Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD	-	07	ENANPAD_2006 ENANPAD_2007 ENANPAD_2008a ENANPAD_2008b ENANPAD_2010a ENANPAD_2010b ENANPAD_2011
	Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – EnEO	-	01	ENEO_2000
	Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ	-	02	ENEPQ_2007 ENEPQ_2013
	SEMEAD	-	09	SEMEAD_2006 SEMEAD_2007 SEMEAD_2008a SEMEAD_2008b SEMEAD_2009 SEMEAD_2011 SEMEAD_2012 SEMEAD_2015 SEMEAD_2016
	CIGU	-	05	CIGU_2006 CIGU_2007 CIGU_2009 CIGU_2010 CIGU_2014

Fonte: os autores (2017).

Após a leitura de todos os artigos recuperados, foi verificado que havia ambiguidade entre o texto do SEMEAD_2007 e REGE_2007, e entre o texto do ENANPAD_2010a e G&P_2012. Esse transtorno justifica-se devido à prática frequente dos pesquisadores em publicar, inicialmente, o manuscrito em eventos e congressos e, posteriormente, submetê-los a periódicos. Assim, para evitar duplicidade de dados na análise, foram considerados apenas o primeiro texto publicado (SEMEAD_2007 e ENANPAD_2010a), totalizando, portanto, para efeitos de análise, vinte e oito artigos.

Definidos os procedimentos metodológicos, apresentam-se os resultados do estudo.

O ESTADO DA ARTE: a pesquisa sobre estágios em Administração no Brasil

Considerando-se os artigos recuperados para este estudo, tem-se que a discussão sobre o estágio, enquanto campo de conhecimento em Administração, é bastante recente. As discussões começam a aparecer somente a partir do ano 2000. Durante cinco anos, entretanto – no intervalo de 2001-2005 –, nada foi publicado sobre a atividade, quer supervisionada ou não, na área de Administração. As discussões retomam em 2006, e permanecem constantes até o ano de 2016, com, ao menos, uma publicação anual sobre o tema, seja em periódico ou em evento.

Este cenário ratifica as colocações de Gomes e Teixeira (2016). Pouco se produz e pouco se discute sobre a prática de estágio nos cursos de Graduação em Administração, embora seja uma das atividades mais relevantes e importantes na formação profissional do graduando (TARDIF, 2002).

Entre autores e coautores, foram identificados oitenta e quatro diferentes pesquisadores. Destes, apenas dois têm mais de um artigo publicado sobre o tema em análise. Isso implica dizer que não existe um grupo de pesquisadores voltado para o estudo e a discussão da prática

de estágio no curso de Administração. O que se tem são publicações isoladas, sem continuidade, que não permitem, portanto, avanços significativos nesse campo de conhecimento.

Ao analisar as autorias dos artigos (Tabela 1), identifica-se que os textos foram produzidos no sistema de parceira, sendo expressiva a quantidade de artigos elaborados por um autor e um coautor.

Tabela 1 – Quantidade de autores por artigo

Artigo	01 autor	02 autores	03 autores	04 autores	05 autores	Total
Quantidade	01	10	05	05	07	28

Fonte: os autores (2017).

A análise das palavras-chave foi feita mediante a elaboração de uma nuvem de palavras (*word cloud*). Importa dizer que a nuvem de palavras constitui uma representação visual de um conjunto de termos selecionados de acordo com o estabelecimento de critérios – neste caso, a partir das palavras-chave atribuídas pelos autores aos textos analisados.

Os atributos da nuvem, tais como tamanho das palavras ou cor, são utilizados para representar as características dos termos utilizados para sua construção, como, por exemplo, a frequência com que aparecem (RIVADENEIRA et al, 2007). Foram, ao todo, cinquenta e sete termos utilizados como representação dos estudos, dos quais quarenta e quatro sem repetição. As palavras-chave estão representadas de acordo com a sua frequência na nuvem de palavras da Figura 1.

Figura 1 - Nuvem de palavras para as palavras-chave utilizadas



Fonte: os autores (2017).

Em termos metodológicos (Tabela 2), é expressiva a quantidade de artigos teórico-empíricos: vinte e seis. No entanto, é importante ressaltar que pouco se discute, teoricamente, questões relativas à prática do estágio (dois artigos). Predominantemente, as pesquisas são de cunho qualitativo e estudos de caso.

Justificam-se tais características em razão de que pesquisas que utilizam a estratégia do estudo de caso se concentram na descrição e/ou compreensão de um fenômeno (WOODSIDE, 2010) contemporâneo no contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes (YIN, 1994). Ou seja, os pesquisadores estão preocupados em compreender as práticas relacionadas ao estágio no ambiente real em que ele ocorre. Tal compreensão fundamenta-se no ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento de competências por parte do aluno-estagiário.

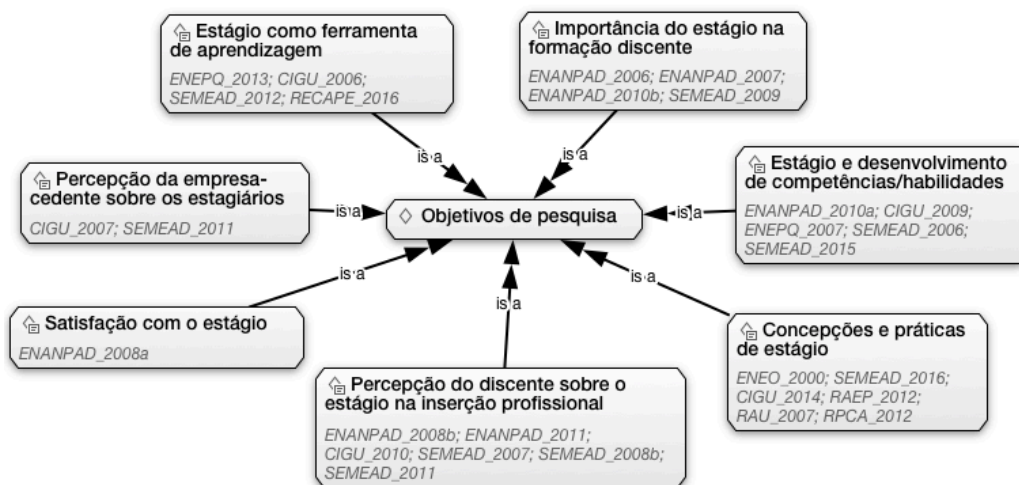
Tabela 2 – Perfil metodológico

Natureza	Tipo de publicação	Subtotal	Total
Teórico	Congresso	02	02
	Periódico	-	
Teórico-empírico	Congresso	22	26
	Periódico	04	
TOTAL			28

Fonte: os autores (2017)

A partir da análise dos principais objetivos propostos em cada artigo recuperado, foi elaborada uma teia com o auxílio do software Atlas.Ti (Figura 2). O que se pode perceber é que há um forte interesse por parte dos pesquisadores em compreender as concepções e práticas de estágio adotadas - seja pelas universidades ou pelas empresas- cedentes –, e verificar a percepção do discente sobre a prática do estágio e em como ele contribui para a sua inserção profissional.

Figura 2 – Teia de relacionamentos entre os principais objetivos de cada artigo recuperado

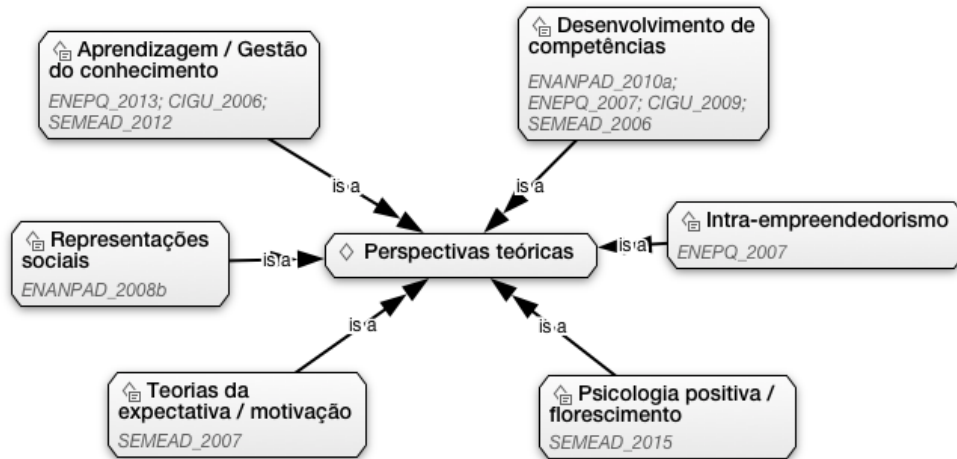


Fonte: os autores (2017)

No sentido de verificar a base teórica utilizada para discussão dos artigos recuperados, foram listadas as referências indicadas. Havia a crença, por parte dos pesquisadores, de que, sendo um objeto de estudo predominantemente da Pedagogia e Educação, os textos deveriam apresentar literatura própria dessas áreas para a construção do referencial teórico e para a ampliação da discussão das concepções de estágio na área de Administração. No entanto, o que se verificou foi que a discussão teórica sobre estágio, do ponto de vista pedagógico, é frágil e pouco profícuo. Foram raros os artigos que utilizaram autores oriundos da Pedagogia ou Educação, tais como Jorge Solivellas Perelló, Maria de Lurdes Fávero, Miguel Zalbaza, Selma Garrido Pimenta, Stela C. B. Piconez, por exemplo.

Os autores concentram a discussão em termos de perspectivas teóricas próprias da Administração, nomeadamente a respeito do desenvolvimento de competências e da aprendizagem e gestão do conhecimento. As perspectivas teóricas encontradas nos textos analisados estão apresentadas na teia da figura 3.

Figura 3 – Teia de relacionamentos para as perspectivas teóricas

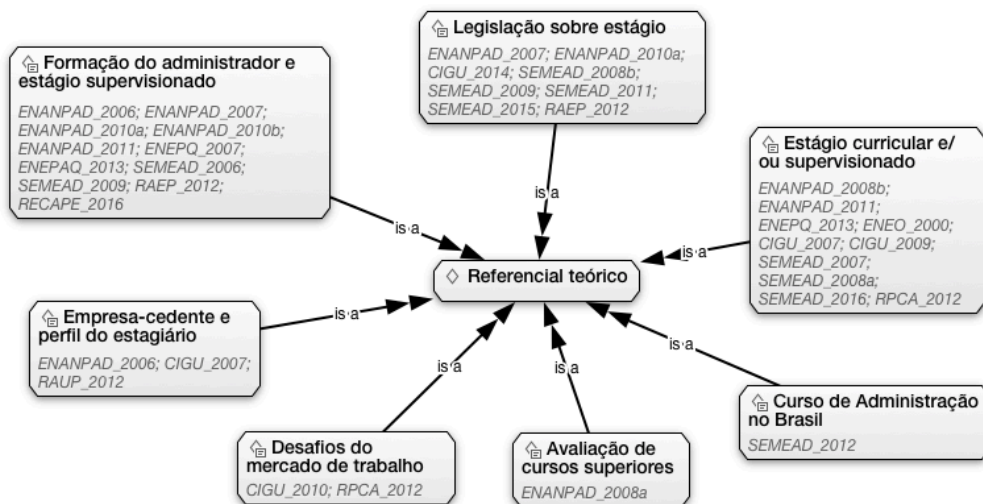


Fonte: os autores (2017)

Importa dizer que nem todos os artigos apresentaram uma discussão a partir de alguma perspectiva teórica. Alguns restringiram-se apenas a descrever sobre a legislação pertinente ao estágio e/ou sobre a formação profissional do aluno de graduação em Administração. Assim, embora a seção intitulada “referencial teórico” seja específica para a apresentação de conceitos, teorias e/ou modelos que dão suporte ao desenvolvimento da argumentação do pesquisador, boa parte dos textos analisados não apresentaram, na essência, um referencial teórico, discutindo o contexto em que a formação discente ocorre.

A maioria dos textos resgatou fontes próprias da Administração, e discutiu, basicamente, a importância (e até certo ponto, a fragilidade) da formação do administrador a partir de autores como Alexandre Nicolini, Carlos Osmar Bertero, Fernando Prestes Motta e Rui Otávio Bernardes de Andrade. Nessa perspectiva, foi elaborada uma teia de relacionamentos (Figura 4), apresentando o caminho desenvolvido pelos autores na seção indicada como referencial teórico dos trabalhos analisados.

Figura 4 – Teia de relacionamentos para as discussões apresentadas no referencial teórico



Fonte: os autores (2017)

À GUIA DE CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a analisar a discussão científica brasileira sobre a prática do estágio em Administração no Brasil. Para o atingimento do objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliométrico utilizando-se da base de dados do SPELL e dos anais dos eventos da ANPAD (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração), SEMEAD (Seminários em Administração) e CIGU (Colóquio Internacional de Gestão Universitária). Trinta artigos foram recuperados, no entanto, apenas vinte e oito foram considerados para análise, em virtude da ambiguidade entre o texto do SEMEAD_2007 e REGE_2007, e entre o texto do ENANPAD_2010a e G&P_2012. Cada um dos vinte e oito artigos foi analisado em termos de conteúdo, de acordo com os procedimentos descritos em Bardin (2011), considerando-se as seguintes categorias definidas *a priori*: palavras-chave, autoria, procedimentos metodológicos, objetivos de pesquisa e bibliografia utilizada.

Da discussão teórica, observa-se que a importância do estágio está estritamente ligada ao fato deste proporcionar ao aluno a vivência daquilo que é aprendido em sala de aula. Em especial, no caso do administrador, o estágio possibilita, além do contato direto com a rotina gerencial, o desenvolvimento das competências necessárias para a formação do profissional de Administração, instituídas pela Resolução N° 04 do CNE/CSE (2005).

No sentido regulamentar, nota-se que o quadro proporcionado pela Lei 11.788/2008 é de evolução. Isto porque, antes dela, não havia um documento unificado acerca do estágio, o que dificultava o acesso à informação. A lei, então, apresenta uma série de garantias para o estagiário, além de especificar as responsabilidades e direitos de todos os atores envolvidos (estagiário, empresa, unidade concedente e instituição de ensino).

Da pesquisa bibliométrica, nota-se que mesmo perante a relevância do tema, pouco se é estudado acerca deste no Brasil. As publicações sobre estágio na área de Administração são relativamente recentes. Os artigos iniciais datam do ano 2000, no entanto, tem-se um importante e significativo *gap* de publicações entre 2001 e 2005, já que nenhum artigo foi produzido – ou, ao menos, publicado – sobre o tema. Efetivamente, as discussões sobre estágio tomam corpo somente a partir do ano de 2006, quando permanecem constantes até 2016, com, ao menos, uma publicação anual sobre o tema, seja em periódico ou em evento.

Ressalte-se que, embora a coleta dos textos para a bibliometria tenha acontecido no período de Fevereiro a Junho de 2017, portanto, com tempo suficiente para os periódicos divulgarem suas primeiras edições do ano, nada foi publicado sobre o tema durante o primeiro semestre de 2017 em periódicos. Isto importa dizer que as edições do Semead, CIGU e os eventos da Anpad (nomeadamente o ENANPAD, cuja realização é anual. Já o EnEO e EnEPQ são realizados a cada dois anos. O EnEO sempre em anos pares, portanto, sem edição em 2017. O EnEPQ em anos ímpares, mas, costumeiramente, no mês de Novembro), só costumam ocorrer no segundo semestre do ano. Por isso, quando da finalização deste artigo, tais eventos ainda não haviam divulgado os trabalhos aprovados.

Chamamos atenção, também, para a base teórica encontrada nos referenciais teóricos dos textos analisados. Embora as discussões sobre estágio e sua importância na formação discente seja um tema com raízes nas áreas de Educação e Pedagogia, foram raros os artigos que utilizaram autores oriundos de tais áreas, como Jorge Solivellas Perelló, Maria de Lurdes Fávero, Miguel Zalbaza, Selma Garrido Pimenta, Stela C. B. Piconez, por exemplo. Não se percebeu um avanço e ampliação da discussão das concepções de estágio próprias da área de Administração. E, do ponto de vista pedagógico, as discussões sobre o tema na área discutida são frágeis e pouco profícuas.

Diante deste quadro, sugere-se que seja estabelecida uma agenda de pesquisas futuras, utilizando a prática do estágio e seus diversos aspectos como temática central. Algumas questões merecem respostas, tais como: os estagiários têm conseguido vivenciar na prática os

conteúdos vistos em sala de aula? Os estágios têm cumprido o papel de preparar o futuro profissional concedendo-lhe experiência profissional? A relação universidade-empresa tem contribuído para a formação discente? Os estudantes reconhecem os estágios que realizam como sendo importantes para sua formação profissional?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva; SILVA, Elisangela Medeiros. Pontos positivos e negativos do estágio na formação profissional dos estudantes de ciências contábeis da cidade de Caruaru-PE. In: XXX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 2006. **Anais...** ANPAD, 2006.

ALMEIDA, Denise Ribeiro de; LAGEMANN, Letícia; SOUSA, Silvio Vanderlei Araújo. A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: XXX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 2006. **Anais...** ANPAD, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. Brasília, DF, 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **Lei Orgânica do Ensino Comercial**. Brasília, DF, 1943.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 66.546, de 11 de maio de 1970**. Institui a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências. Brasília, DF, 1970.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 75.778, de 26 de maio de 1975**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1975.

BRASIL. **Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências. Brasília, DF, 1977.

BRASIL. **Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994**. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nos 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494,

de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 1.002, de 06 de outubro de 1967**. Institui nas empresas a categoria a estagiário. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Brasília, DF, 1967.

CARRÃO, Ana Maria Romano; MONTEBELO, Maria Imaculada de Lima. Os conceitos de teoria e prática na percepção de egressos do curso de Administração. **Revista ANGRAD**, v. 10, n. 3, Julho/Agosto/Setembro 2009.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda; BARBOSA, Milka Alves Correia; MENDONÇA, José Ricardo Costa. Terceirização e Precarização do Trabalho: Levantamento Bibliométrico sobre os Caminhos Críticos da Produção Acadêmica em Administração. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, 2016.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda de Souza Araújo et al. Participar ou não participar, eis a questão! Um estudo sobre o engajamento dos estudantes de Administração em atividades extracurriculares. **Id online Revista de Psicologia**, v. 9, n. 26, p. 42-56, 2015.

CNE/CSE. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2005.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.** v. 23, n.79, 2002.

GOMES, A. F; TEIXERA, A. S. S. Estágio supervisionado e aprendizagem: Contribuição do estágio do graduando de Administração para a formação profissional. **Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, v. 6, n. 3, set./out./nov./dez. 2016.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de Administração Pública**, v.8, n.2, 2013.

LAVALL, Jaqueline; BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, v. 7, n. 2, p. 47-68, mai. 2014

PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. O contrato de estágio e as inovações da Lei n. 11.788/2008. **Revista Ltr. Legislação do Trabalho**, v. 10, p. 1173-1188, 2008.

PERES, Cristiane Martins; ANDRADE, Antonio dos Santos; GARCIA, Sérgio Britto. Atividades Extracurriculares: Multiplicidade e Diferenciação Necessárias ao Currículo. **Revista Brasileira De Educação Médica**, v.31, n.3, 2007.

RIVADENEIRA, A. W. et al. Getting Our Head In The Clouds. In: SIGCHI conference on Human factors in computing systems, 2007. **Proceedings...** SIGCHI, 2007.

SAMPAIO, C. H.; PERIN, M. G. Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 179-202, 2006.

PALMEIRA SOBRINHO, Zeu. O contrato de estágio e as inovações da lei 11.788/2008. **Revista Ltr. Legislação do Trabalho**, v. 10, p. 1173-1188, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TONELLI, J. et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2003.

TREVISAN, Antonio Marmo. **As exigências e transformações do mercado de trabalho neste novo milênio**. 2001. Disponível em: <http://www.ciee.org.br/portal/estudantes/pdf/CIEE-Entrev_Trevisan.PDF>. Acesso em: 13/07/2017.

VIEIRA, F. G. D. **Por quem os sinos dobram?** Uma análise da publicação científica na área de marketing do Enanpad. In: XXII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 1998. **Anais...** ANPAD, 1998.

VOESE, Simone Bernardes. Contabilidade por Atividades nos Processos da Gestão Acadêmica nas IES Privadas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n.168, nov./dez. 2007.

WOODSIDE, Arch G. **Case study research: theory, methods, practice**. Boston: Emerald, 2010.

YIN, R. K. **Case study research design and methods**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.